TRABALHO DIGNO

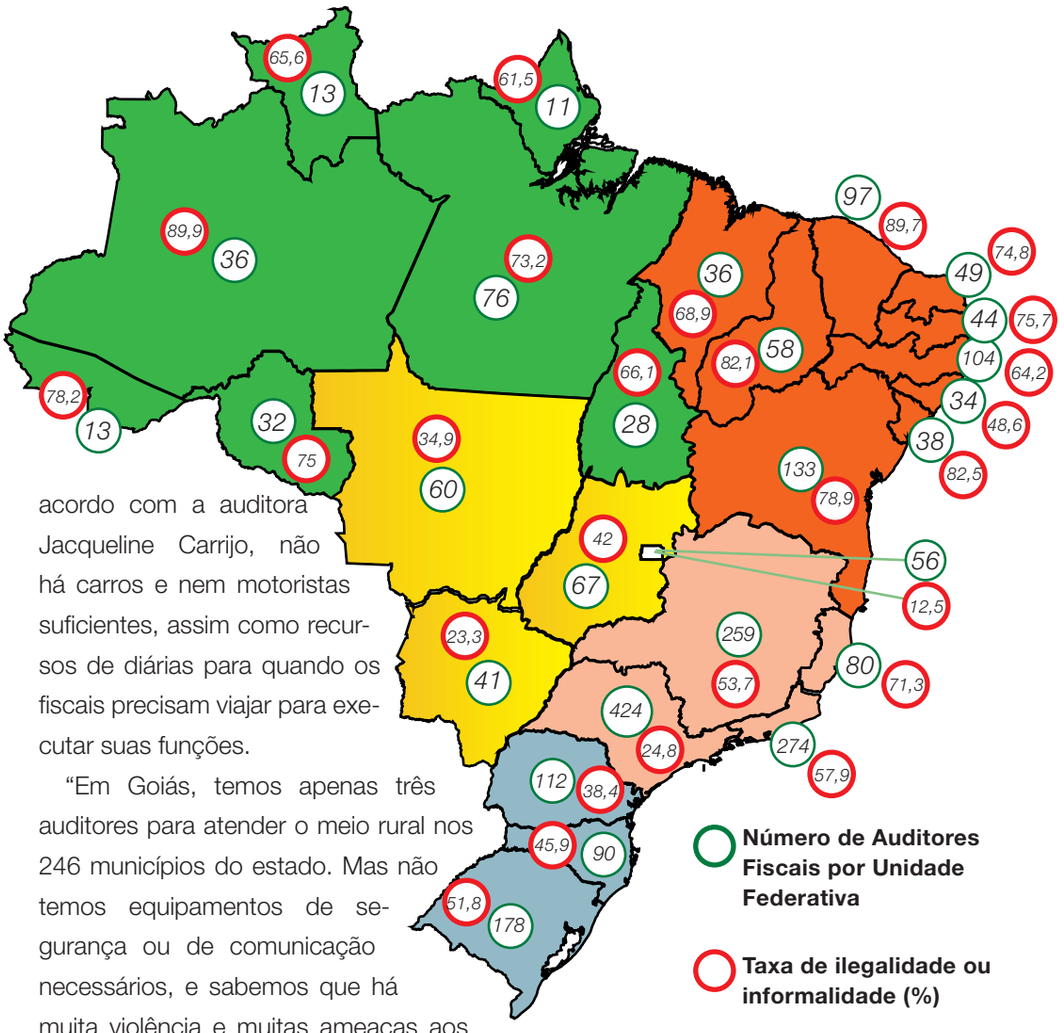
À beira de um colapso

Fiscalização do trabalho está em seu pior momento nos últimos 20 anos, com um déficit de mais de mil auditores fiscais

A legislação brasileira prevê a existência de, no mínimo, 3.640 cargos de auditor fiscal do trabalho no Brasil. No entanto, de acordo com dados do Ministério do Trabalho, estão em atividade hoje 2.525 auditores fiscais, distribuídos nos 26 estados e no Distrito Federal. Isso significa um déficit de 1.140 profissionais que poderiam reforçar o trabalho de fiscalização das leis trabalhistas em todos os setores da economia. E esse déficit pode ser ainda maior: de acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), dos 2.525 auditores em atividade, 500 já podem se aposentar a qualquer momento.

A distribuição de auditores fiscais também é tema de preocupação, especialmente para os estados da região Norte. A soma dos auditores dos cinco estados é de 181 profissionais. O Amapá é o estado que tem menos auditores em todo o Brasil, apenas 11. Os fiscais precisam enfrentar deslocamentos longos, passar dias viajando, o que dificulta a execução de um maior número de ações. A região Centro-Oeste é a segunda em menor número de auditores: são 224, distribuídos desigualmente, sendo apenas 41 em um estado das proporções de Mato Grosso do Sul, e 56 no Distrito Federal.

A realização de concurso público para preencher, e aumentar, os cargos de auditores fiscais é uma demanda antiga da CONTAG aos Ministérios do Planejamento e do Trabalho e Emprego, e está sempre presente na pauta do Grito da Terra Brasil. Mas não são apenas os baixos números que preocupam quem defende os trabalhadores(as) brasileiros(as), principalmente os rurais. As condições de trabalho dos auditores fiscais são precárias. De acordo com a auditora Jacqueline Carrijo, não há carros e nem motoristas suficientes, assim como recursos de diárias para quando os fiscais precisam viajar para executar suas funções.



"Em Goiás, temos apenas três auditores para atender o meio rural nos 246 municípios do estado. Mas não temos equipamentos de segurança ou de comunicação necessários, e sabemos que há muita violência e muitas ameaças aos auditores que fazem ações no campo brasileiro", aponta Jacqueline Carrijo. O presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, aponta que o número de fiscalizações no campo tem caído ano a ano, não apenas por causa do pequeno número de auditores, mas por um problema que nenhum governo, nas últimas duas décadas, se dedicou a solucionar, que é o da segurança do auditor fiscal do trabalho.

Para o secretário de Assalariados e Assalariadas Rurais da CONTAG, Elias D'Angelo Borges, a área rural é a mais sensível a todas essas condições inadequadas porque exige melhores condições de prestação do serviço. "Temos uma situação de estrangulamento na auditoria fiscal do trabalho que é muito grave e preocupante. É inimaginável que o Estado brasileiro, com todas as condições que tem de oferecer proteção aos trabalhadores e trabalhadores, não invista em um setor tão importante para combater a informalidade, o trabalho escravo, além de garantir o trabalho digno para todos e todas, e a repressão das injustiças sociais e trabalhistas."